

Escola Nacional de Saúde Pública: abertura do ano escolar 1999-2000

FERNANDO GALVÃO DE MELO
J. G. SAMPAIO FARIA
VASCO REIS
ANTÓNIO DE SOUSA UVA

Realizou-se no dia 5 de Janeiro de 2000 a primeira sessão formal de abertura do ano académico da Escola Nacional de Saúde Pública após a sua integração na Universidade Nova de Lisboa.

Originariamente uma escola ligada ao Ministério da Saúde e orientada para a formação de quadros técnicos, a partir dos anos 80 a ENSP procurou, de forma gradual, conformar-se a um figurino universitário, como condição necessária de valorização pedagógica e científica, investindo na progressão académica dos seus docentes e na sua fixação em tempo integral.



Fernando Galvão de Melo é professor catedrático da Escola Nacional de Saúde Pública. J. G. Sampaio Faria é professor associado da Escola Nacional de Saúde Pública. Vasco Reis é professor auxiliar da Escola Nacional de Saúde Pública. António de Sousa Uva é professor auxiliar da Escola Nacional de Saúde Pública.

Após um processo difícil e moroso, em 1994 a Escola foi integrada na Universidade Nova de Lisboa, passando a constituir uma das suas unidades orgânicas.

Esta integração permitiu que, para além dos três cursos regulares de pós-graduação e de um mestrado, ministrados actualmente, a Escola ofereça doutoramentos no ramo de Saúde Pública e nas especialidades de Epidemiologia, Saúde Pública, Administração de Saúde, Saúde Ocupacional e Economia da Saúde. A conferência inaugural da sessão de abertura esteve a cargo do professor Richard Madeley, da Universidade de Nottingham, subordinada ao título «Desenvolvimentos recentes no domínio da saúde pública na Grã-Bretanha». Usaram em seguida da palavra os directores dos cursos de especialização em Saúde Pública, Administração Hospitalar e Medicina do Trabalho, respectivamente Prof. Sampaio Faria, Prof. Vasco Reis e Prof. Sousa Uva, que, em jeito de balanço, historiam a evolução dos respectivos ensinamentos.

Das suas exposições destacamos:

O ensino da saúde pública na ENSP

Prof. J. G. Sampaio Faria

O desenvolvimento da saúde pública não depende apenas da prestação de cuidados de saúde pública a nível do sistema público de saúde, mas também do contributo de cientistas de saúde pública que, nos vários contextos e sectores sociais, familiares, educacionais, ocupacionais, etc., criam mais conhecimentos; investigam necessidades; avaliam a qualidade de programas, serviços e modelos de administração e gestão; desenvolvem e ensaiam novas tecnologias e metodologias de intervenção no domínio da prevenção, promoção da saúde, e investigam o impacto, resultados e ganhos obtidos com as intervenções de saúde pública.

Neste contexto, a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), através dos seus cursos de profissionalização/especialização e de mestrado



em Saúde Pública, é herdeira da mais rica tradição e contributo do sector médico da saúde pública para a prevenção da doença na população desde as grandes reformas iniciadas em 1901 com Ricardo Jorge.

A partir de 1996, ano da criação do curso de mestrado em Saúde Pública, a ENSP passou a contribuir para a formação de uma massa crítica nacional de investigadores e académicos de saúde pública, sem a qual não será possível construir de modo sustentado o contributo crescente de outros sectores e contextos não médicos para o desenvolvimento da saúde da população portuguesa e europeia.

Desde 1972, ano da criação da ENSP, 822 alunos e alunas frequentaram já os seus cursos de especialização em Saúde Pública, número esse que, se adicionado aos 58 que o frequentaram entre 1966 e 1972 na antiga Escola de Saúde Pública e Medicina Tropical, perfaz um total de 870 alunos e alunas. Este número corresponde praticamente ao número de especialistas de Saúde Pública inscritos no Colégio de Saúde Pública da Ordem dos Médicos, ou seja, corresponde ao potencial profissional de saúde pública de que o país dispõe actualmente para enfrentar e resolver os problemas de saúde pública que afectam ou ameaçam a saúde da população portuguesa.

É este talvez o maior contributo dos cursos de especialização em Saúde Pública da ENSP e que se traduz, sem dúvida, no impacto positivo que esse grupo de profissionais espalhados por todo o país tem dado ao longo das últimas décadas para a melhoria dos índices de

saúde e de esperança de vida da população portuguesa. A título de exemplo, e desde 1972 até 1998, a taxa de mortalidade infantil diminuiu de 40‰ para 5‰ (80% de diminuição) e a esperança de vida aumentou cerca de 7 anos!!

Com a integração da ENSP na Universidade Nova de Lisboa em 1994, cria-se em 1996 o curso de mestrado em Saúde Pública, iniciativa essa da maior importância para o futuro desenvolvimento da saúde pública. Com efeito, com esta medida, a Universidade Nova de Lisboa e a ENSP passaram a pôr à disposição de um sem-número de licenciados em disciplinas não médicas, mas de extrema pertinência para o desenvolvimento global da saúde, uma oportunidade para adquirirem os conhecimentos científicos e as competências de investigação necessárias para satisfazerem plenamente a sua aspiração legítima de contribuírem também para a melhoria da saúde dos portugueses e dos europeus.

E isso, não a partir exclusivamente dos serviços de saúde, mas de outros contextos e sectores que influenciam a saúde de modo determinante; estudando esses determinantes contextuais; desenvolvendo e ensaiando novas tecnologias e métodos de intervenção nas áreas da promoção da saúde e prevenção da doença, etc.

Esta mais-valia científica só valerá a pena se o número e qualidade de cientistas da saúde atingirem valores mínimos que possibilitem progressos científicos diversificados em várias áreas com impacto positivo na saúde da população portuguesa.

Desde a sua criação já frequentaram o curso de mestrado em Saúde Pública 36 alunos, 95% dos quais com formação universitária não médica.

Presentemente, por iniciativa do conselho científico da ENSP, procede-se, por um lado, a correcções do seu regulamento e, por outro

lado, à reorganização do seu conteúdo curricular, de modo a conseguirem-se novos equilíbrios disciplinares, nomeadamente nos domínios da promoção da saúde; dos factores psicossociais e comportamentais; da psicopedagogia da saúde; da administração de saúde em termos de equidade e cooperação intersectorial, e das técnicas de envolvimento das pessoas, grupos e comunidades no processo de desenvolvimento da sua saúde.

O interesse que vem sendo manifestado por um número crescente de alunas e alunos por abordagens, conhecimentos e investigação epidemiológica de índole salutogénica, isto é, orientada para os factores da saúde, em contraposição com o interesse clássico pelos factores patogénicos, é promissor e já permitiu este ano, pela primeira vez em Portugal, que alguns discentes de mestrado se envolvessem na tradução, ensaio e validação para a cultura portuguesa de instrumentos e técnicas salutogénicos e de avaliação da qualidade de vida.

Sem dúvida que os novos alunos e alunas dos cursos de mestrado e de especialização em Saúde Pública constituirão a primeira geração dessa massa crítica de cientistas de saúde pública de qualidade e de que tanto o país precisa para melhorar os seus actuais níveis de saúde.

Qualidade essa que tem tradições na Escola e nos cursos de Saúde Pública que oferece.

Neste contexto, é importante referir que a qualidade dos cursos tem sido objecto de atenção especial e de medidas, tais como:

1. Revisão dos programas da ENSP, incluindo o curso de Saúde Pública, realizado em 1986 pela Associação Europeia de Programas e Estudos de Serviços de Saúde;
2. Avaliação institucional da UNL, realizada em 1998 por solicitação da Secção Permanente do Senado em colaboração com a

Associação das Universidades Europeias;

3. Avaliação do curso de especialização em Saúde Pública, através de encontros entre a Coordenação dos Internatos de Saúde Pública e a ENSP;
4. Participação do Grupo de Disciplinas de Saúde Pública nas iniciativas da Associação das Escolas de Saúde Pública da Região Europeia (ASPHER), de que a ENSP é membro, nomeadamente na revisão e comparação dos cursos de formação e mestrados em Saúde Pública entre países da União Europeia, bem como na preparação de mestrados europeus em Saúde Pública e em Promoção da Saúde;
5. Iniciativa recente do conselho pedagógico de avaliar os cursos através de um instrumento/questionário especificamente desenvolvido para o efeito e a ser ministrado sistematicamente a discentes e docentes.
6. Parcerias de colaboração em projectos e em estudos de investigação com a:
 - OMS (centros de colaboração);
 - União Europeia (vários projectos em curso);
 - Observatório Português das Reformas de Saúde, ENSP;
 - Câmara Municipal de Lisboa (perfil de saúde da cidade de Lisboa);
 - Serviço Regional de Lisboa e Vale do Tejo de Prevenção e Tratamento da Toxicod dependência (sistema de informação local para a prevenção da toxicod dependência).

Este tipo de iniciativas e desenvolvimentos constituem mais um suporte fundamental para garantir que a qualidade dos cursos oferecidos pela ENSP para a formação em saúde pública satisfaça plenamente as necessidades e expectativas de

formação das alunas e alunos que os procuram e permita que o que se ensina e aprende nesse domínio seja de maior pertinência para a melhoria dos actuais níveis de saúde do país e da União Europeia.

O ensino da administração hospitalar na ENSP

Prof. Vasco Reis

Formar, dar formação numa área como a de administração da saúde e particularmente a de administração hospitalar, continua a ser um processo continuado e complexo, o que, só por si, justifica algumas referências dispersas e até, eventualmente, inacabadas.

A primeira referência tem séculos e leva-nos a 1504, quando em Lisboa D. Manuel I escreveu ou assinou que: «Também o provedor deste nosso Hospital, por ser cousa tão grande e de tão grande manejo e sobre que deve haver mui grande recado [...], deve ser pessoa honrada e de bom saber e zeloso de todo o bem, caridoso e de grande recado para em todas as coisas sobreditas prover e as saber governar e ordenar para toda conservação.»

Hoje o administrador já não se chama «provedor», já não é nomeado pelo rei como seu delegado directo e já não carrega (pelo menos formalmente) toda a conservação e bem do hospital, mas, provavelmente, em Portugal tudo começou ali.

A segunda referência já é muito posterior e tem a ver com a publicação na década de 20 do que terá sido o primeiro livro sobre administração hospitalar da autoria de Michael M. Davis, *Hospital Administration — A Career*, cujo subtítulo era, significativamente, *A necessidade de executivos treinados para uma indústria de um bilião de dólares e como devem ser treinados*.

Nessa data, a formação em administração hospitalar já tinha algum caminho percorrido, desde que em

1922 o Committee on the Training of Hospital Executive, financiado pela Rockefeller Foundation, publicou um relatório recomendando a criação de um programa de formação destinado a preparar administradores hospitalares.

Na sequência dessa recomendação foi criado na Marquette University um curso de administração hospitalar (a nível pré-graduado), encerrado aliás poucos anos depois, já que os seus dois primeiros graduados não tinham obtido colocação. E, talvez por isso, em 1929, Michael Davis, que não acreditaria na vantagem de cursos de pré-graduação, propõe, naquele livro, a criação de um programa, agora a nível de pós-graduação, alternando ensino teórico com estágios em hospitais, e, em 1934, a Universidade de Chicago cria o primeiro curso de pós-graduação em administração hospitalar, de que Davis foi, aliás, o primeiro director.

Em Portugal (e esta é a terceira referência), o processo foi diferente.

Geralmente, aponta-se a década de 40 como a do primeiro afloramento da profissionalização do «administrador hospitalar» com a nomeação de *adjuntos* para os hospitais psiquiátricos. Mas em 1947, no Hospital Rovisco Pais (então dependente do Instituto de Assistência aos Leprosos), foi criado pela primeira vez o cargo de *administrador*. Gestor que se repete em 1950 nos Hospitais da Universidade de Coimbra, em 1953 no Hospital Escolar de Santa Marta, aquando da sua integração nos Hospitais Cívicos de Lisboa, em 1955 no Hospital de Santa Maria (aqui coadjuvado por um *adjunto*, que o substitui nas suas faltas e impedimentos) e em 1958 no Hospital Escolar de São João, no Porto. E, neste último, é mesmo «responsável directamente perante o Ministro do Interior».

O isolado *ofício* de administrador de hospitais foi-se espalhando, arrostando com múltiplas dificulda-

des de percurso, e em 1968, com o Estatuto Hospitalar e o Regulamento Geral dos Hospitais e conjuntamente com outras «carreiras» (a médica, por exemplo), nasceu a carreira de administração hospitalar, estipulando-se que, no futuro, o curso de administração hospitalar — ainda não existente — viria a ser exigido como «habilitação indispensável».

Na Europa (e é a quarta referência que aqui se deixa), a instalação de capacidade formativa estava ainda longe de ser uma preocupação consensual. No fim da década de 50 havia apenas na Europa nove programas de formação em administração hospitalar, quase todos em universidades.

Entre nós, já em 1949, o director-geral da Assistência reconhecia que se deveriam despendar alguns milhões de escudos para criar uma nova escola destinada a preparar técnicos da nova ciência, isto é, da «ciência administrativa» para hospitais, e, dez anos depois, em 1958, Coriolano Ferreira ainda tem fundamento para escrever que, e como se depreendia de anteriores afirmações, «a administração do hospital e a direcção dos seus múltiplos serviços não podem mais ficar à mercê de curiosos bem-intencionados nem de beneficiários de favores políticos».

Mas a «desatenção» existente foi evoluindo ao longo da década de 60 na Europa e no final deste período pode identificar-se o princípio de um movimento que se consubstancia numa quinta referência deste rápido discorrer sobre o que é, afinal, a história contemporânea da administração hospitalar, ainda vivida por muitos de nós.

Se no meio da década de 60 existiam na Europa apenas nove programas de formação em administração hospitalar, em 1970 o Bureau Régional de l'Europe da Organização Mundial de Saúde, com base num questionário remetido aos países membros da Região, efectuou

um levantamento dos programas de formação na área da administração de hospitais que já identificou vinte e cinco programas, todos de pós-graduação, embora dois também admitissem estudantes com habilitação inferior e alguns tivessem acções de formação específicas para não licenciados.

O relatório do trabalho então realizado foi alargado à *administração de serviços de saúde*, mas reteve apenas os programas «que se fundavam num quadro de actividade permanente e identificável em termos de actividades e recursos e se situavam num contexto essencialmente voltado para a educação, e identificou quinze países que dispunham de programas nessas condições, dos quais três tinham mais do que um programa (Espanha, dois, Bélgica, três, e Grã-Bretanha, oito)».

Entre nós, de novo — e esta é a sexta referência —, a primeira previsão de um curso de administração hospitalar data de 1947 e consta de um diploma que reorganiza o ensino da enfermagem que apontava a possibilidade de as escolas de enfermagem ministrarem simplesmente o ensino de enfermagem ou, cumulativamente, o de administração hospitalar e de serviço social, destinando-se este último exclusivamente ao sexo feminino. Não é possível afirmar com segurança as razões desta referência neste diploma, embora a ideia de *precaução* num quadro de discordância sobre o tema com o Ministério da Educação não seja de excluir. Mas, finalmente, em 1969, através da Portaria n.º 24 222, de 4 de Agosto, é criado na Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical o curso normal de Administração Hospitalar, embora a cadeira de Administração Hospitalar, definida como «nuclear» do curso, já existisse desde 1966 por força do decreto-lei que criou aquela Escola. Curso que, em 1970, é tornado obrigatório para os candi-

datos à carreira entretanto criada, iniciando-se o primeiro em Outubro do mesmo ano.

E a sétima referência não podia deixar de ser dirigida ao que se foi fazendo, às intenções e aos resultados, incluindo muitas expectativas e algumas ilusões.

Conferindo aos programas ministrados uma natureza crescentemente orientada para a aprendizagem activa, foram-se desde a primeira hora procurando novos equilíbrios entre os conhecimentos necessários e as atitudes e comportamentos adequados, procurando renovar e manter actualizado um processo formativo de que muito se espera para a transformação do tecido da saúde em Portugal.

Não será possível saber até que ponto pode considerar-se atingido o objectivo nem poderá emitir-se um juízo pacificamente aceite sobre essa questão.

Até porque, havendo razões históricas que deram ao nosso programa um indesejável e indesejado carácter de monopólio, faltam outras iniciativas que sirvam de analogia, possibilitando comparações transversais.

Mas há sinais que importa interpretar. E sem valorizar particularmente o crescimento impressionante do número de candidaturas registado nos últimos anos, filiando-o também, e sem falsas modéstias, nas dificuldades existentes a nível de primeiro emprego, há que reconhecer que a «procura» de diplomados em Administração Hospitalar no fim de cada curso excede largamente a «oferta». O que, se sucede igualmente noutras profissões de saúde, nem sempre sucedeu nesta.

Mas também se conhecem e procuram conhecer as limitações e, para além das correcções maiores que convencionalmente se discutem periodicamente, procura-se permanentemente melhorar o que é feito para que o produto que se ministra corresponda às necessidades que a

saúde tem e aos recursos que o país disponibiliza à Escola Nacional de Saúde Pública.

Ser «administrador hospitalar», em particular «administrador hospitalar» diplomado, é uma situação que não teve parto fácil, que teve uma infância acidentada, mas que não adormecerá à sombra de um sucesso, eventualmente difuso, e de avaliação complexa. A estabilidade não pode entorpecer nem os profissionais desta Escola nem os alunos que em cada ano nos procuram. Pode sim e deve até facilitar e estimular novas iniciativas.

E, nesta perspectiva (o que será a oitava e última referência), não é difícil encontrar, numa história ainda curta, importantes referências, que aqui refiro muito sucintamente, por estarem indissociavelmente ligadas ao curso cuja transitória direcção justificou a intervenção de hoje.

O Prof. Coriolano Ferreira, que já hoje aqui citei e que criou este curso depois de uma longa e até ao fim incerta luta.

O Prof. Caldeira da Silva, que, apoiando-o nesta actividade na parte final da sua luta, lhe sucedeu como director do curso, conduzindo, também nesta função, uma transição dolorosa e longa.

Depois, o Prof. Augusto Mantas, que, nunca tendo sido director do curso, acompanhou quase todo o combate do Prof. Coriolano Ferreira para a sua criação e consolidação, através da presença rigorosa mas discreta de um grande comunicador e de homem de uma invulgar seriedade paradigmática, estudioso e inovador.

Chegou agora a nossa vez — a vez de todos — subirmos a um palco que, acolhendo os que vêm por bem, tem o desprazer de a ele só ver subirem poucos, em favor de *foyers*, camarotes e até frisas bem mais cheias.

Mas, com a inexorabilidade das coisas inevitáveis, essa tendência está a inverter-se, o que me dá força

para me socorrer — com a certeza de ter em vós um eco límpido — de quatro versos de um poeta que em 1927 teve a modéstia e a coragem de, num grito de lucidez e esperança, escrever:

Não sou nada
Nunca serei nada
Não posso querer ser nada

À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo.

ÁLVARO DE CAMPOS,
Tabacaria, 1927

O ensino da medicina do trabalho na ENSP

Prof. Sousa Uva

Durante vinte e seis anos (entre 1963 e 1989) o curso de Medicina do Trabalho da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) foi o único curso que constituiu habilitação legal para o exercício da medicina do trabalho, inicialmente no âmbito das disposições técnico-normativas e jurídicas de 1962 sobre a prevenção da *silicose*, nas minas, nos estabelecimentos industriais e noutros locais de trabalho em que existia o risco daquela doença profissional.

O curso (CMT) é então criado (1963), sendo inicialmente professado no Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge como especialização do curso de Medicina Sanitária. No ano seguinte concluem o curso, com aproveitamento, 33 alunos, que constituem o primeiro grupo de médicos do trabalho diplomados em Portugal.

Em 1989 são criados dois novos cursos de Medicina do Trabalho, na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto e na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Nos 39 cursos até agora já concluídos foram diplomados pela Escola Nacional de Saúde Pública 802

médicos do trabalho (711 em Lisboa e 91 no Porto).

Desde que foi criado e até à sua 40.^a edição (1998-2000) foi dirigido, sucessivamente, pelos professores (1) Artur João da Costa Andrade, até 1974, (2) Artur Ernesto Moniz, entre 1974 e 1983, e a partir daí, (3) Mário Humberto de Faria, actual presidente do conselho científico da ENSP e coordenador do Grupo de Disciplinas de Saúde Ocupacional.

Na sua actual edição, o CMT tem a duração de dois anos lectivos, funcionando em tempo parcial (no período da tarde). É destinado a licenciados em Medicina com o internato geral e confere a habilitação complementar legalmente exigida para o exercício da actividade profissional de médico do trabalho.